

# Mulheres brasileiras face ao avanço do neoliberalismo e da extrema-direita\*

Samantha Camacam\*\*, Letícia de Souza Ribeiro\*\*\*  
e Juliana Campregher Pasqualini\*\*\*\*

## Resumo:

Neste ensaio, discutimos a situação das mulheres na atual conjuntura nacional, visando contribuir com a análise dos efeitos da crise e do correspondente avanço do ultraliberalismo e do conservadorismo sobre a condição das/os subalternas/os. Orientadas pelo conceito de nó das contradições sociais de Saffioti (1985), discutimos o processo de desmonte das políticas sociais a partir do golpe jurídico-parlamentar-midiático (2016) até o início do governo de Jair Bolsonaro (2019). Depois, focalizamos as consequências desses processos na materialidade da vida das mulheres em âmbito econômico e político-social. Por fim, destacamos o recente Movimento Ele Não, a necessidade da luta de mulheres e seu caráter potencialmente revolucionário, vislumbrando o florescimento de lutas feministas antiliberais, internacionalistas, antirracistas e anticapitalistas no mundo e também em terras brasileiras.

**Palavras-chave:** Feminismo marxista. Conservadorismo. Crise capitalista. Conjuntura política.

## Brazilian Women in the Face of the Advance of Neoliberalism and the Extreme Right

### Abstract:

In this essay we discuss the situation of women in the current national conjuncture in order to contribute to the analysis of the effects of the crisis and the offensive of ultraliberalism and conservatism against the interests of subaltern groups. Oriented by Saffioti's (1985) concept of the knot of social contradictions, we discuss the process of dismantling social policies from the juridical-parliamentary-media coup of 2016 through the beginning of Jair Bolsonaro's government in 2019. Subsequently, we examine the material consequences of those processes on women's lives in the economic and politico-social realm. Finally, we highlight the

---

\* O artigo é fruto de reflexões comuns das pesquisas de mestrado em andamento de Letícia Ribeiro, *Desenvolvimento da consciência sobre as relações de gênero na idade pré-escolar: o combate aos valores patriarcais na educação infantil*, e Samantha Camacam, *O feminismo marxista de Helelieth Saffioti: contribuições à Educação Escolar*, sob a orientação de Juliana Pasqualini.

\*\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Araraquara-SP, Brasil. End. eletrônico: samantha.camacam@gmail.com

\*\*\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Unesp, campus Araraquara-SP, Brasil. End. eletrônico: letsouzaribeiro@gmail.com

\*\*\*\* Pós-doutorado em Educação pela Unicamp; docente do Departamento de Psicologia da Unesp, campus Bauru-SP, e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Unesp campus Araraquara-SP, Brasil. End. eletrônico: juliana.pasqualini@unesp.br

recent Not Him Movement, the necessity of women's struggle and its potentially revolutionary character, glancing at the emergence of antiliberal, internationalist, antiracist and anti-capitalist feminist struggles across the world and also in Brazil.

**Keywords:** Marxist feminism; conservatism; capitalist crisis; political conjuncture.

## Introdução

No prefácio à edição brasileira de *Feminismo para os 99%: Um manifesto*, Petrone (2019, p. 10-11) assevera: “O feminismo é uma urgência no mundo. O feminismo é uma urgência na América Latina. O feminismo é uma urgência no Brasil.”. Reafirmando a urgência do feminismo, particularmente no contexto brasileiro, debruçamo-nos, nesse ensaio, sobre a situação das mulheres na atual conjuntura nacional. Considerando a persistência histórica do patriarcado e do racismo como componentes estruturantes de nossa formação econômico-social capitalista dependente e periférica, nosso objetivo é contribuir com o esforço em caracterizar e dar visibilidade aos efeitos da crise capitalista global e correspondente avanço do ultraliberalismo e do conservadorismo em território nacional sobre a população feminina.

Orientadas pelo conceito de nó das contradições sociais de Heleieth Saffioti (1985), buscaremos retratar, aqui, contornos do cenário que envolve, hoje, as mulheres que vivem do trabalho, especialmente as mulheres negras. Com Moraes (2004) e Gonçalves (2011), entendemos que o capitalismo não prescinde de outras formas de opressão, mas incorpora e nutre-se dos mecanismos patriarcais e racistas. Assim, torna-se fundamental, para uma análise crítica radical da conjuntura que se desenha, que se evidencie quem paga o preço mais elevado pela crise capitalista e pelo avanço do conservadorismo no mundo e no Brasil, lançando luz sobre os dramas que marcam as vidas de mulheres negras, caixaras, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, faveladas e nordestinas.

Com essa perspectiva, damos início ao texto contextualizando a crise global do capitalismo e seus perversos efeitos sobre a classe trabalhadora, destacando o processo de desmonte das políticas sociais no Brasil a partir do golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016. Em seguida, passamos a focalizar as consequências desses processos que atingem e vitimam particularmente as mulheres, no âmbito econômico e político-social. Por fim, reafirmamos a atualidade e necessidade da luta das mulheres e seu caráter potencialmente revolucionário, vislumbrando o florescimento de lutas feministas antiliberais, internacionalistas, antirracistas e anticapitalistas no mundo e também em terras brasileiras.

## Conjuntura política e estrutura social brasileira

Uma década após a terceira grande crise do capital, a crise financeira de 2008, a conjuntura de arrocho, golpe político, conservadorismo, desmonte e

corrosão social sela a segunda década do século. Diante do cenário, estratégias e medidas foram sendo impostas, visando a reacumulação de capitais para o centro do capital, impactando diretamente países periféricos, como o Brasil, que ascenderam em momentos anteriores vindouros à economia. No Brasil, um país dependente, semiperiférico, agroexportador e subdesenvolvido da América Latina, encontramos-nos defrontados com uma crise que se instaurou (mas que não nasceu) no processo do pré-golpe de Dilma Rousseff, no impeachment, nas eleições presidenciais de 2018 e no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro.

Os cortes, nos períodos mais críticos do capitalismo, são meio para o reestabelecimento da relação entre capital e trabalho e do tipo de sociabilidade entre homens e mulheres, acentuando as formas de *exploração* e *dominação*. Para Saffioti (2005), tanto dominação quanto exploração compõem um fenômeno único, de duas faces, que comporta as dimensões econômico, político e culturais da regência do patriarcado em tempos capitalistas. É a ideia mesma de que, se os capitalistas podem pagar menores salários, usufruir das discriminações históricas contra mulheres e negras/os e diminuir os custos da produção/reprodução da vida social, por que não o fariam? (Moraes, 2004).

Ao precarizar ainda mais as condições de vida das mulheres, a crise capitalista revela o lugar social que as mulheres ocupam no sistema de relações: o lugar da subalternidade. De modo que a ordem patriarcal de gênero e o racismo conformam um nó amalgamado e contraditório com o capitalismo, moldando-se para coexistir e contribuir no processo de dominação/exploração capitalista que se desenvolve em seu curso histórico (Motta, 2018). Este nó, ferramenta analítica dessas reflexões,

[...] formado por estas três contradições [gênero, raça/etnia e classe], apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão [...]. Não se trata de um nó górdio nem apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes (Saffioti, 2004, p. 115, 133)

Nesse momento de austeridade e prolongamento da crise do capital, acentuam-se essas contradições fundantes deste modo de vida. Com isso, projetos à extrema à direita e neofascistas ganharam fôlego no centro e periferia

---

<sup>1</sup> O patriarcado compreende uma fase histórica das relações de gênero, enquanto um sistema milenar de seis, sete mil anos da história da humanidade, que explicita o sentido vetorial da exploração-dominação (ou dominação-exploração) masculina sobre o feminino. Com esse conceito, perde-se em extensão, mas se ganha em compreensão, uma vez que não se nega o uso do conceito de gênero, mas o combina com o patriarcado, situando-o econômico, social e politicamente (Saffioti, 2004).

do capital, buscando recompor as margens anteriores de lucro à revelia das/os dominadas/os. Marine Le Pen (França), Donald Trump (EUA), Mauricio Macri (Argentina) e Jair Bolsonaro (Brasil) são alguns desses agentes que representam os interesses da burguesia internacional, assim o horizonte de ameaças aos 99% do mundo (Petroni, 2019). Apesar do caráter internacional dessa crise e ascensão, o Sul global latino-americano resguarda peculiaridades. Aqui, tanto a burguesia imperialista quanto a burguesia nacional, sempre apostaram na superexploração dos trabalhadores como garantia da dinâmica de organização internacional do capital<sup>2</sup>. Superexploração do trabalho é o assalto da existência humana, que pressiona trabalhadores ao limite agudo da sobrevivência. A sobrevivência está e sempre esteve condicionada a existência para reprodução da força de trabalho por mais um dia.

O caráter do exercício do poder político no Brasil é de democracia restrita – não porque jovem ou atrasada –, mas porque o Brasil se inseriu e continuamente se insere no capitalismo mundial de forma dependente. A superexploração na periferia é a forma típica inerente ao capitalismo mundial, por isso, como nação dependente, não conseguimos superar nem mesmo o reformismo<sup>3</sup>. De modo que a política nacional se associa às tendências fascistas sempre que o capital está em crise. Michel Temer iniciou o ciclo e Bolsonaro prossegue: reforma da previdência, reforma trabalhista e cortes na educação. Não são os setores mais atrasados, mas os setores mais avançados da burguesia brasileira que alavancam esse projeto.

Pinassi (2018) alerta: o “novo governo não é retrocesso; é renovação ampliada da dependência brasileira”. Isso significa que nosso atraso estrutural é projeto de nação da burguesia monopolista, que avança (não retrocede) com o ultraliberalismo de Bolsonaro e companhia. O *ultraliberalismo* é uma corrente radical do liberalismo que leva às últimas consequências o individualismo e o desmonte do Estado. O neoliberalismo, por sua vez, comporta um espaço (irrisório) para o Estado, através das parcerias público-privadas, por exemplo. Com a tendência do aprofundamento da crise tem-se o aumento do grau de exploração do trabalho e a venda de Estatais, acentuando a nossa dependência e subdesenvolvimento. Hoje temos um ultraliberal como ministro da economia e um profascista no comando do executivo (Ouriques, 2019).

As tendências não rompem com o neoliberalismo, mas somam requintes de extrema financeirização da economia, individualismo como máxima política-

---

<sup>2</sup> Baseado nos pressupostos elaborados por Florestan Fernandes (1968, 1975), Ruy Mauro Marini (1973) e Vânia Bambirra (1972) sobre a teoria marxista da dependência na América Latina.

<sup>3</sup> Foi assim com a fracassada tentativa de implementar as reformas de base de João Goulart (1964) e com a tentativa de ampliação de programas sociais nos governos Lula e Dilma (2002-2016).

-ideológica-econômica e aprofundamento da miserabilidade humana. Ingredientes típicos de um neoliberalismo selvagem. Como alerta Pinassi (2018, grifo nosso):

Pelas mãos do ultraneoliberalismo, o **Brasil será reconduzido ao seu lugar histórico, onde a burguesia se internacionaliza e enriquece mais ainda**, e ainda mais indígenas, negras e negros, pobres e favelados são cercados e exterminados, sem terras e quilombolas expropriados, trabalhadores e trabalhadoras superexplorados e em situação de miséria absoluta.

### **Mulheres no Brasil: a materialidade da vida**

Como consequência do quadro acima retratado, nos bolsões de pobreza do Brasil a miséria avança a galope. Em 25 anos a extrema pobreza havia declinado 73%, mas desde 2015 cresceu 40%. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS), entre 2016 e 2017, houve um aumento de 2 milhões de pobres e de 1,7 milhões de extremamente pobres, ou seja, aqueles que têm renda inferior a R\$ 140,00 por mês (Alves; Eleutério, 2019). No estado do Rio de Janeiro, conforme a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), um em cada seis domicílios vive estado de insegurança alimentar grave (Torres, 2019). A desnutrição e a mortalidade infantil voltaram a crescer na levada da pauperização da população, da precarização de políticas públicas e do sucateamento na saúde. Dados do ameaçado Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional revelam que aumentou o número de crianças desnutridas: de 12,6% para 13,1% de 2016 para 2017. Segundo o Ministério da Saúde, a taxa de mortalidade subiu, pela primeira vez desde 1990, 4,8% em relação a 2015. Isso representa 14 mortes a cada mil nascidos vivos em 2016 (Alves; Eleutério, 2019). Nas cidades, 34,5% da população urbana do Brasil vive em assentamentos precários, ocupados em sua maioria por mulheres e negras, a cara da pobreza no Brasil (Petroni, 2019).

Em meio à miséria, violência, desemprego, tráfico, facções, solidões e redes de solidariedade, mulheres brasileiras desafiam a própria vida para garantir a sobrevivência dos seus, como testemunha Lobato et al. (2019), que narra sobre a dilacerante realidade de mães de Japeri, na Baixada Fluminense do RJ, município com o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região metropolitana. “*Muitas vezes coloquei meus filhos para dormir para esquecer a fome, como minha mãe fazia*”, relata Sônia, 61 anos, dez filhos e 14 netos. “*Alimentei meus filhos com maxixe e maracujá do mato, com banana verde, angu com mato [capim] e com talo [baste] de pena de galinha assado no fogão a lenha*”, nos conta Fátima, de 53 anos, que criou seus seis filhos sozinha. “*As crianças pedem um iogurte, mas não posso dar*”, diz Luciene, analfabeta, quatro filhos e suspensa do programa Bolsa Família. Suelen, 24 anos, cinco filhos, mãe solteira, perdeu o benefício do Bolsa Família por uma enchente ter levado seus documentos, conta que alimenta seus filhos “*com a ajuda dos outros, dou arroz e feijão. Às vezes, as pessoas me dão um litro de leite*”. “Pensava que seria muito

melhor [o futuro], mas farei tudo o que puder para que meus filhos tenham uma situação melhor que a minha”, afirma Joice, 29 anos, seis filhos, mãe solteira.

Japeri está por toda parte em um país que, sob pretexto de crise, impõe cortes e ausência de políticas públicas. As famélicas são também as responsáveis pelo cuidado do lar, trabalho historicamente desvalorizado moralmente, mas de tamanho valor para a reprodução do capital. São elas, protagonistas do lar, mulheres, pobres, periféricas, negras, faveladas, nordestinas, mães solteiras, que “lutam para evitar que a fome se instale dentro de casa ou, pelo menos, tentam amenizá-la” (Alves; Eleutério, 2019). A prevalência da política de austeridade, coloca em risco a satisfação das necessidades humanas (do estômago e da imaginação)<sup>4</sup>, bem como a autonomia dessas pessoas. Alves e Eleutério (2019) observam que programas sociais, como o Bolsa Família, devolveram a muitas a autonomia, o protagonismo, a cidadania perdida e a existência digna. O aprofundamento de cortes nessas políticas, sob o pretexto de combate a fraudes, representa uma ameaça à vida delas e de seus filhos, “um verdadeiro genocídio” nas cidades e nos campos (onde ainda é possível extrair o mínimo).

Na história do Brasil, o predomínio de uma elite branca, proprietária, europeia e agrária, nos mais de três séculos de escravidão, “[...] produziu profundas violências para as mulheres e especialmente para as mulheres negras e indígenas. O patriarcalismo e a escravidão são constitutivas da sociabilidade burguesa, possuindo expressões específicas em [...] territórios colonizados” (Petrone, 2019, p. 14). A reinvenção do atraso em nosso país envolve, assim, a reposição do passado nas relações presentes de produção, trabalho e reprodução da vida, renovando e aprofundando as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero.

É assim que, sob plena vigência do patriarcado, paga-se ainda hoje às mulheres apenas 76,5% do salário pago aos homens<sup>5</sup>. Que ainda hoje, pelo fato de ser uma mulher, ensina-se às meninas que as tarefas do lar, cuidado e educação dos filhos são de sua responsabilidade. Que mulheres dedicam, em média, 18 horas semanais aos afazeres domésticos, 73% de horas a mais que os homens. A tais números seria necessário adir o não quantificável, expresso pela construção social do sentimento psicológico de inferioridade, submissão e aprisionamento da mulher como reflexo das violências.

O avanço da barbárie que atualiza o passado é demonstrado também no quadro de violência que assola notadamente a população negra, feminina e LGBT, denotando uma intensificação da violência neste período histórico do sistema capitalista. Uma mulher é assassinada<sup>6</sup> a cada duas horas no Brasil, em média;

---

<sup>4</sup> Como falara Marx sobre a mercadoria no Tomo I de O Capital.

<sup>5</sup> Divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em março de 2018.

<sup>6</sup> Considerando o último relatório da Organização Mundial da Saúde, o Brasil ocupa a 5ª posição entre as nações mais violentas para as mulheres de um total de 83 países.

são doze mulheres mortas por dia, um aumento de 6,5% das mortes em relação a 2016. Dos 4.473 homicídios em 2017 contra as mulheres, 946 são feminicídios, ou seja, crimes de ódio motivados pela condição de gênero, pelo fato de ser uma mulher. No primeiro trimestre do ano de 2019 o feminicídio no estado de São Paulo cresceu 76%, sendo que 8 em cada 10 casos ocorrem dentro de casa. Colocando o Brasil em quinto no *ranking* mundial de feminicídio e pioneiro na lei mais avançada contra a violência de gênero, a Lei Maria da Penha, é de se questionar por que, após implementação de tal lei, não diminuíram os alarmantes dados de nossa barbárie cotidiana. Também o Brasil ocupa o primeiro lugar no *ranking* mundial de crimes contra minorias sexuais: “a cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia” (Grupo Gay da Bahia, 2018, p. 1).

Os números da violência em geral e contra a mulher em particular confirmam a atualidade da triste constatação de que “a carne mais barata do mercado é a carne negra”. 71% é a diferença das taxas de homicídio entre mulheres negras (5,3) e não negras (3,1). Lembramos Claudia Ferreira, mulher negra e favelada que foi arrastada por mais de 300 metros, morta pela Polícia Militar do Rio de Janeiro em 2014. O crime de Claudia? Ser mulher, negra e pobre. Não por acaso, mulheres negras há anos alargam e aprofundam o conceito (demasiadamente branco) de violência contra a mulher, para além da agressão e do abuso sexual, incluindo a violência racial que produz danos físicos, psicológicos, cognitivos etc. (Carneiro, 2003). Mais de 30 mil jovens, mais de 70% negros e pobres, são mortos no Brasil, interrompendo vidas e mães pelas mãos da militarização – seja da polícia, do exército, do fazendeiro, seja da milícia – da vida.

Emblemático desse trágico cenário “de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada”<sup>7</sup>, foi a execução de Marielle Franco, vereadora do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade – RJ), e do trabalhador Anderson Gomes, seu motorista. As mortes de seus corpos – mas não de seu espírito de luta –, no 14 de março de 2018, ganharam o mundo e, recentemente, identificou-se os executores do crime, mas não ainda seus mandantes. Mais de um ano após, o Brasil ainda não sabe explicar um crime que explica muito o país.

### **Mulheres brasileiras sob o governo da extrema-direita**

Um momento na história onde mulheres, negras/os, indígenas e LGBTs morrem apenas por sê-lo – ou por lutar contra a brutalidade cotidianamente imposta aos segmentos mais vulneráveis da população – diz muito sobre o grau

---

<sup>7</sup> Trecho do clássico poema “Nada é impossível de mudar”, de Bertold Brecht.

da barbárie que se vive e o *status* da emancipação geral humana. Federici (2017), historiadora italiana, nomeia este momento vivido no terceiro milênio como “o retorno da caça às bruxas em alguns países (como, por exemplo, África do Sul e Brasil)” (Federici, 2017, p. 25). A autora faz alusão à Idade Média (476-1453) e ao período colonial brasileiro (1500-1822) para falar sobre o aumento e intensificação da violência contra as mulheres, pobres e negros a serviço da acumulação de riquezas.

A história recente do Brasil acusa a permanência de tendências fascistas (neofascistas, profascistas ou reacionárias, como desejar)<sup>8</sup> desde a ditadura militar de 1964, que retornam sem nunca terem partido, hoje representadas por diversas figuras públicas, dentre elas, o chefe do executivo. Bolsonaro é o porta-voz de ideias reacionárias, violentas, misóginas, racistas e homofóbicas que ganharam força de expressão e manifestação em todo território nacional.

Ele disse que não se deve empregar com o mesmo salário homens e mulheres pelas “diferenças naturais” e por considerar estas serem menos competentes que aqueles. Reforçou a cultura do estupro ao atacar a parlamentar Maria do Rosário na frase “eu não te estupro porque você não merece” (em discurso na câmara em 2003). Quando votou favorável ao *impeachment* de Dilma, dedicou o seu voto à memória do coronel do exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos maiores torturadores da ditadura, inclusive de Dilma. Distorce o papel da educação sexual nas escolas – que visa informar, desenvolver competências e atitudes em relação à sexualidade, educando para a diversidade e prevenindo violência sexual (Maia, Spaziani, 2015) –, equiparando-a a “ensinar sexo para as crianças”. É favorável à tortura e à pena de morte, destacando que o “erro da ditadura foi torturar e não matar” (em entrevista em rádio, em 2016). É responsável pelo discurso violento que fere os direitos e a dignidade da população LGBT, dizendo: “o filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um coro ele muda o comportamento dele. [...] Olha, ainda bem que levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem” (na TV Câmara em 2010).

Ao redor da defesa da moral, da família, dos bons costumes e do Deus, o debate público brasileiro teve suas bases atacadas e contou com investidas no terreno do pré-político (Miguel, 2016). As táticas utilizadas atualizaram na forma algo bastante recorrente na política: mentiras e difamações como mecanismos de convencimento da população. *Post-truth* (pós verdade), *fake news* (notícias falsas),

---

<sup>8</sup> “O fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo [favorável à acumulação de capital] [...]. É um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório.” (Konder, 2009, p. 53).



*social bots* (sistemas automatizados de impulsionamento de conteúdo), uso das redes sociais (em especial o *WhatsApp*) dentre outros (Almeida, 2018). Assim, a burguesia nacional elege Bolsonaro: ultraliberal na economia, conservadora nos hábitos e colonial no pensamento.

Originalmente, o ultraliberalismo defenderia uma agenda progressista no que tange a direitos individuais, contudo a frente criada no Brasil entre ultraliberalismo, fundamentalismo religioso e anticomunismo culminou na rejeição e/ou na aceitação conservadora de tais pautas. Por isso, investiu-se massivamente no campo pré-político, uma vez que ele é componente essencial para conquistar apelo popular por meio do discurso familista, homofóbico, anticomunista e antifeminista (Miguel, 2016). Vê-se na nomeação de Damares Alves, como ministra das mulheres. Seu nome é útil para cumprir a cota mínima de mulheres na política, uma propaganda contra o machismo do executivo (mesma função do discurso de Michelle Bolsonaro na posse presidencial). Segundo, garante que o patriarcado continue a reger poder sob as leis da bíblia, da moral conservadora e do capital, já que ele pode ser exercido por mulheres. Terceiro, alimenta o sentimento antifeminista na população a partir da voz de mulheres. Quarta, é a contrarrevolução masculina sobre os corpos das mulheres porque deseja as mulheres apenas nos lares, isso é a reposição no hoje desse passado colonial.

### **“Ele Não, Ele Nunca!”**

De um lado, assistimos à guerra declarada contra as mulheres; de outro, o feminismo se apresenta como possibilidade transformadora do estado de guerra. Felizmente, a realidade social não é absoluta e demonstra que a violência resguarda a face da resistência e do potencial revolucionário contra todo tipo de perversidades. A reunião desses elementos pode ser vista nas/os milhões às ruas, no dia 29 de setembro de 2018, em mais de 30 cidades no Brasil e outros países (Alemanha, Argentina, França, Londres, Inglaterra, Portugal, Estados Unidos e Espanha), nas mobilizações denominada Primavera Feminista, anterior às eleições: o *Movimento das Mulheres Unidas Contra Bolsonaro* intitulado *Ele Não*. O movimento nasceu nas redes sociais – no grupo do *Facebook* “Mulheres Unidas Contra Bolsonaro”, que chegou a contar com 3,88 milhões de membros –, mas foi nas ruas que floresceu.

As expressões “Ele não” e “Mulheres contra Bolsonaro” deram o tom do maior movimento de mulheres da História do país (Rossi; Carneiro; Gragnani, 2018). Visava impedir a vitória do candidato nas urnas e originou uma frente de

---

<sup>9</sup> Uma das insígnias que ecoaram nas manifestações de setembro de 2018 no Brasil, o *Movimento Ele Não*.

oposição ao governo de Bolsonaro. São Paulo contou com mais de 1,5 milhões de manifestantes de diversos setores: esquerda, centro-esquerda, centro, liberais, torcidas organizadas, policiais, movimentos pela terra, trabalhadoras urbanas, indígenas, artistas, celebridades, políticas etc. A mobilização de mulheres chama a atenção pelo protagonismo e dimensões atingidas, prova de que as mulheres são responsáveis pela mais alta rejeição à Jair entre os presidenciáveis até então, chegando à 46%<sup>10</sup>. A articulação das mulheres foi o início da organização contra o retorno dos que nunca foram embora da política nacional.

Evidentemente, apenas o movimento não foi páreo à investida bolsonarista que vinha chocando seus ovos há tempos. Contudo, sua força surpreendeu e promoveu alguns saltos no que tange à construção da democracia. Além dele, a retomada do trabalho de base, os chás com bolo nas avenidas, as panfletagens, as passeatas reacenderam a chama da esperança até nos mais desanimados e céticos. O Movimento Ele Não alertou sobre a capacidade organizativa e aglutinativa do feminismo, demonstrando que é uma questão cara à humanidade que se pretende livre (Saffioti, 1979).

Afora os inúmeros ataques da ofensiva ultraliberal e conservadora, vivemos tempos muito mais libertários e feministas no Brasil do que há 50 anos (Rago, 2001). Para citar: divórcios, escolarização, trabalho, direitos reprodutivos e sexuais, voto, lutas, política, ciência etc. Esses são alguns dos temas que permeiam o debate público quando falamos em mulheres no país, “contudo, poucas vezes o feminismo é invocado como sendo o produtor principal das mudanças positivas” (Rago, 2001, p. 60). Parece-nos que vivemos o que Rago (2001) chamava de uma “autonomização das ideias”, quando memória e história se descolam, passado e presente se desconectam e se descontextualizam, borrando-se os movimentos de origem e os acontecimentos posteriores. E por quê? Ribeiro (2018) descreve esse fenômeno a partir da modelagem ideológica que os interesses do capital produzem sobre nossos discursos. Também transformados em mercadoria, são vendidos como pop pela indústria da moda, alimentícia, farmacêutica, estética, midiática, cultural, enfim, a cultura do *empowerment* (empoderamento) também precisa ser politizada. Graças também ao “[...] distanciamento mútuo da nossa luta emancipatória dos movimentos políticos partidários” (Ribeiro, 2018, p. 134).

O realinhamento da burguesia nacional acorde com os interesses do capital imperialista imputaram, copiosamente, arrochos e espoliações na vida, ademais reabriu a possibilidade do debate da estratégia socialista no terreno político apesar dos esforços do capital por meio de sua agenda anticomunista e antimarxista (Silva, 2018). Não à toa, vê-se uma retomada da práxis marxista e feminista nesse

---

<sup>10</sup> Diferença das intenções de votos femininos e masculinos que não era vista desde a ditadura.

momento histórico. Sem ilusões, o patriarcado está longe, não sabemos quanto, do seu fim, mas certamente já teme o novo mundo que floresce após o feminismo revolucionário. Arruzza (2019) corrobora a tese ao afirmar que o feminismo tem se colocado “como o processo internacional de formação de classes nesta fase”, haja vista que classe social é ponto de chegada (não de partida) de um processo de formação. Essa nova primavera feminista pelo mundo “[...] está borrando os limites (reais e imaginários) entre a luta de classes e o movimento feminista”, como vimos nos casos das greves feministas da Google e de Glasgow em 2018. Florescem hoje lutas de classes feministas que são antiliberais, internacionalistas, antirracistas e anticapitalistas também em terras brasileiras.

### **Considerações finais**

Neste ensaio, orientamo-nos pela necessidade de caracterizar e refletir sobre as consequências da crise sobre a vida de milhões de mulheres. Tivemos a tarefa de articular o avanço do neoliberalismo, do conservadorismo e das tendências fascistas em proporção com o aumento da dominação e exploração da população feminina. Concluímos que a crise capitalista é reveladora do lugar subalterno que as mulheres ocupam no sistema de relações sociais. Por essa razão, nos interessou aprofundar entendimento sobre quem são as mulheres brasileiras no atual estado de coisas.

São mulheres assassinadas a cada duas horas por crime de feminicídio, recebem salários inferiores, acumulam muitas horas a mais que os homens nas tarefas do lar. São mulheres como Marielle Franco e Cláudia Ferreira. Negras, pobres, bissexuais, lésbicas, faveladas, trans. Mulheres que vivem em assentamentos precários, indígenas ameaçadas por fazendeiros nas fronteiras do país. Mães que veem seus filhos assassinados pela militarização, na maioria dos casos jovens negros e pobres. Também são as mães de Japeri que tentam sobreviver à fome que só cresce no Brasil. Constatamos, nessa sessão, a intensificação da violência contra as mulheres – que sempre existiu, mas hoje se apresenta como uma nova versão da caça às bruxas à brasileira.

Mais do que caracterizar a endurecida realidade brasileira, intentamos refletir se a emancipação humana e a construção de outra ética são possíveis no bojo desse sistema social. Que rompa com ele, mas que dele nasça. Por isso, assinalamos sobre uma retomada da práxis marxista e feminista nesse momento histórico. O feminismo, ou melhor, o feminismo marxista, à medida que se reinventa persegue essa questão. Quando o feminismo e o marxismo se aliaram a humanidade como um todo avançou. A origem histórica do 8 de março é exemplo da aliança de mulheres com a militância de esquerda, porque esteve intimamente ligado ao movimento de greve de mulheres operárias da Rússia, que, naquele dia saíram

às ruas reivindicando por paz e pão, contra a Primeira Guerra Mundial e a fome. Este movimento de mulheres foi o estopim da Revolução Russa de 1917.

Por outro lado, quando se afastaram, o sistema capitalista caminhou a passos largos, mesclando dominação e exploração. Quando o radicalismo declina, o que emerge é um feminismo sem aspirações utópicas e revolucionárias, um feminismo que se acomoda na “cultura política liberal dominante” (Arruzza *et al.*, 2019, p. 120). As feministas marxistas nos fazem repensar o que constitui a classe trabalhadora e o que vale como luta de classes, articulando produção e reprodução social. Identificam a não homogeneidade da classe e tratam os conflitos inerentes às relações sociais capitalistas com responsabilidade.

O feminismo é uma urgência, porém não qualquer feminismo, mas um feminismo para todas/os. O cenário de fascismo entusiasmado figura o compasso do sistema capitalista nas crises. No Brasil, o racismo vigora como prática naturalizada, embora não existam partidos nazifascistas como aqueles que eclodiram na Europa na primeira metade do século XX. Aqui, a direita e extrema-direita faz culto à violência policial contra pobres e negros, seja pela bancada da bala, seja pelas 18 horas semanais de Datena no ar. A perseguição e violência aos LGBTs também se motivam pela bancada da bíblia. Além disso, o período militar passa a ser abertamente saudado ao invés de recriminado. A atuação da extrema-direita na periferia global fornece licença jurídica, econômica, ideológica e política para degradar, explorar e oprimir o povo e a terra. São esses os tempos austeros nos quais o dia vira noite às três horas da tarde em São Paulo porque a floresta amazônica queima em prol do agro, do boi e da soja. Aqui, as maiores atrocidades ambientais também transitam pelas regiões de mineradoras do país – da Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho –.

É nessa conjuntura político-social na qual conservadorismo, misoginia, racismo, homofobia, patriarcalismo, anticomunismo, antifeminismo e xenofobia entrelaçam as mãos. Entretanto, todos eles são amigos íntimos de longa data. Todos operam dinamicamente fazendo a roda-viva do capital girar. Na prolongada crise do sistema capitalista, aquilo que de melhor o sistema atual pode nos oferecer não é uma solução, afinal não é possível solucionar uma crise a ele inerente (Arruzza *et al.*, 2019). Para a acumulação de riqueza no capital é inexorável a reprodução contínua da pobreza, das opressões e da degradação, sejam elas relativas ou absolutas, amenizadas ou intensificadas. Se é impossível a existência de um capitalismo sem crises, a crise não é uma exceção ao modo capitalista, mas dele estruturante, por isso “o feminismo deve estar à altura da atual crise” (Arruzza, 2019, p. 118). Outrossim, eis a razão do desejo e da necessidade de um projeto societário para além do capital. A nova sociedade feminista marxista é aquela que deve superar os capítulos bárbaros deste início de século XXI, no

qual cenas reprisadas sobrepõe o presente: o trabalho infantil, o trabalho escravo, a superexploração da classe trabalhadora e a violência contra as mulheres.

## Referências

- ALMEIDA, R. de Q. Fake news: arma potente na batalha de narrativas das eleições 2018. *Ciência e Cultura*, São Paulo, vol. 70, n. 2, p. 9-12, abr./jun. 2018. Disponível em <http://archive.fo/ydBSY>. Acesso em 04 nov. 2018.
- ALVES, C.; ELEUTÉRIO, R. Cortes em programas sociais devolvem mulheres à miséria e à violência doméstica, dizem especialistas. *Agência Pública*, São Paulo, 13 mar. 2019. Disponível em <http://archive.fo/ZvmzM>. Acesso em 15 mar. 2019.
- ARRUZZA, C. Das greves de mulheres a um novo movimento de classe – A terceira onda feminista. *O comuneiro: Revista Electrónica*, Cidade do Porto, n. 28, mar. 2019. Disponível em <http://archive.fo/JSmh2>. Acesso em 05 maio 2019.
- BAMBIRRA, V. *O Capitalismo dependente latino-americano*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BENEVIDES, B. *Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil 2017*. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2018. Disponível em <http://archive.fo/Hd9nO>. Acesso em 06 nov. 2018.
- CARNEIRO, S. Mulheres negras, violência e pobreza. In: BRASIL. *Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003. p. 11-19. Disponível em <http://archive.fo/8Qwja>. Acesso em 15 out. 2017.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa – mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global. São Paulo, 2008.
- GONÇALVES, R. O feminismo marxista de Heleith Saffioti. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 27, p. 119-131, 2011. Disponível em <http://archive.fo/zeF6M>. Acesso em 26 mar. 2018.
- GRUPO GAY DA BAHIA. *Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil: Relatório 2018*. Bahia: Grupo Gay da Bahia, 2018.

- IASI, M. L. Um país fraturado. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 10 set. 2018. Disponível em <http://archive.fo/Ee4wP>. Acesso em 10 set. 2018.
- KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LOBATO, E. et al. Dormir para esquecer a fome. *Agência Pública*, São Paulo, 13 mar. 2019. Disponível em <http://archive.fo/yGxOf>. Acesso em 14 mar. 2019.
- MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. México: Era, 1973.
- MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, vol. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.
- MORAES, M. L. Q. de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, vol. 1, n. 11, p. 89-97, 2000. Disponível em <http://archive.fo/7pGDb>. Acesso em 21 abr. 2017.
- MORAES, M. L. Q. de. Pós-modernismo, marxismo e feminismo. *Margem Esquerda: ensaios marxistas*, São Paulo, Boitempo, n. 2, 2004. Disponível em <http://archive.fo/66XyP>. Acesso em 03 jul. 2017.
- MOTTA, D. C. Desvendando o nó: a imbricação de gênero, raça/etnia e classe na obra de Heleith Saffioti. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS, 9., 2018, Campinas. *Anais* [...] Campinas: Cemarx, 2018, p. 1-9. Disponível em <http://archive.fo/dmdDW>. Acesso em 16 abr. 2019.
- OURIQUES, N. Crise abre espaço para superar liberalismo e debater a “revolução brasileira”. *Sintrajud*, São Paulo, 20 mai 2019. Disponível em <http://archive.fo/Ci96Z>. Acesso em 20 mai. 2019.
- PARTICIPAÇÃO POPULAR. Apresentado por Fabricio Rocha. Brasília: TV Câmara, 17 nov. 2010, 13h13. Duração 30 min. Entrevista com Jair Bolsonaro.
- PETRONE, T. Prefácio à edição brasileira. In: ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 10-19.
- PINASSI, M. O. Novo governo não é retrocesso; é renovação ampliada da dependência brasileira. *Correio da Cidadania*, São Caetano do Sul, 22 nov. 2018. Disponível em <http://archive.fo/J9ftr>. Acesso em 06 fev. 2019.
- RAGO, M. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol. 15, n. 3, p. 53-66, jul./set. 2001. Disponível em <http://archive.fo/1XgNB>. Acesso em 16 fev. 2019.
- RIBEIRO, S. Feminismo: um caminho longo à frente. In: SOLANO, E. *O ódio como política: A reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2018, p. 130-137.

- ROSSI, A.; CARNEIRO, J. D.; GRAGNANI, J. A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. *BBC News Brasil*, São Paulo, 30 set. 2018. Disponível em <http://archive.fo/cG7zP>. Acesso em 30 set. 2019.
- SAFFIOTTI, H. I. B. Gênero e patriarcado: a necessidade da violência. In: CASTILLO-MARTÍN, M.; OLIVEIRA, S. de. (orgs.). *Marcadas a Ferro: violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p. 35-76.
- \_\_\_\_\_. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- \_\_\_\_\_. O fardo das brasileiras: de mal a pior. *Escrita/Ensaio*, São Paulo, vol. 3, n. 5, p. 10-39, 1979.
- SAFFIOTTI, H. I. B.; FERRANTE, V. L. S. B. Formas de participação da mulher em movimentos sociais. *Política e Administração*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 255-284, jul./set. 1985.
- SILVA, J. M. *Em busca da Revolução Brasileira: um estudo crítico sobre a estratégia socialista na obra de Carlos Nelson Coutinho*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2018. Disponível em <http://archive.fo/cPIYk>. Acesso em 28 fev. 2019.
- SPAZIANI, R. B. e MAIA, A. C. B. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. *Revista Psicopedagogia*, vol. 32, n. 97, p. 61-71, 2015. Disponível em <http://archive.fo/9c5NI>. Acesso em 26 ago. 2019.
- TORRES, R. Como a volta da fome fustiga as mulheres. *Outra Saúde*, São Paulo, 15 mar. 2019. Disponível em <http://archive.fo/so9OQ>. Acesso em 15 mar. 2019.